



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Sala de reuniões – 8º andar, Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC. CEP 88015-130

**DATA:** 18 de abril de 2013

**HORÁRIO:** 13 horas

**Presentes à Reunião**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

Acélio Casagrande, Clécio Antonio Espesim, Winston Luiz Zomkowski, Lisiane Tuon Generoso Bitencourt, Raquel Bittencourt, Jocélio Voltolini, Grace Ella Berenhauer, Marcus Guckert, Maria Teresa Agostini, César Augusto Korczaguin.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Luis Antonio Silva (São José); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Sonia Bodanese (Vargeão); Cleidenara Weirich (Chapecó); Sidnei Bellé (Caibí); Maria Cristina Subtil (Lages); Claudiomiro Maldaner (Guaraciaba); Névio Antonio Mortari (Ita); Tadeu David Geronasso (Mafra).

**Desenvolvimento dos trabalhos**

A 176ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13:00h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Luis Antonio Silva. Esta é a primeira reunião com o novo Coordenador da CIB/COSEMS, Luis Antonio Silva, eleito Presidente do COSEMS em 14 de março de 2013. Coordenou a reunião pela CIB/SES, o Superintendente de Planejamento e Gestão do SUS, Clécio Antonio Espesim. Luis Antonio Silva sugere que os assuntos mais polêmicos, que necessitem de negociação, sejam discutidos nas Comissões Intergestores Regionais – CIR, antes de virem para a Pauta da CIB. Também lembra que a CIB não pautar assuntos solicitados diretamente pelos Prestadores de Serviço. Deverão vir sempre com a ciência e aprovação do gestor ou da Comissão Intergestores Regional – CIR, conforme a especificidade da solicitação.

**APROVAÇÃO DA ATA**

A Ata da CIB 175ª foi aprovada, com uma correção nas linhas 214 e 215, sem alteração do conteúdo.

**1 DELIBERAÇÕES**

2

**3 a) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS DA PPI E DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE  
4 GESTÃO**

5 A CIB **APROVOU** as alterações da PPI, competência maio de 2013. Jocélio Voltolini,  
6 Gerente de Controle e Avaliação, cita que as alterações da PPI, realizadas mensalmente, em  
7 função da contratualização dos hospitais, ficam complicadas. Esclarece que há um prazo  
8 para que estas alterações cheguem ao Ministério da Saúde para serem processadas para a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

9 competência solicitada. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, menciona que  
10 alterar mensalmente a PPI é complicado, mas trimestralmente como vinha sendo realizada  
11 anteriormente, também não é o ideal. É necessário encontrar uma alternativa. Reforça aos  
12 municípios que enviem com antecedência as solicitações de alterações da PPI para a SES,  
13 para que sejam pautadas na CIB.

14

15 **b) AUTORIZAÇÃO DAS AIHS DE MÉDIA COMPLEXIDADE DAS REGIÕES DO EXTREMO SUL**  
16 **CATARINENSE, DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E NORTE E NORDESTE**

17 Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação apresenta a proposta, solicitando a  
18 aprovação da CIB para autorização das AIHS de média complexidade das Regiões do  
19 Extremo Sul Catarinense, Grande Florianópolis e Planalto Norte e Nordeste. Esta aprovação  
20 é necessária em função do que consta na Deliberação 425/2010. Cita que o Estado de Santa  
21 Catarina vem ao longo de anos estruturando as Centrais de Regulação, tanto mantidas pelos  
22 municípios quanto pela SES/estado. Mais recentemente, a Deliberação 040CIB/13 aprovou o  
23 Plano de Organização das Centrais de Regulação para o Estado de Santa Catarina. A  
24 implantação das Redes de Urgência e Emergência, Rede Cegonha e demais, impõem a  
25 regulação dos leitos de terapia intensiva (UTI e UCO - coronária), leitos de retaguarda  
26 clínicos e leitos de longa permanência e leitos de gestação de alto risco (GAR), como  
27 garantia de retaguarda para as portas de entrada. Para a operacionalização da regulação dos  
28 leitos de UTI, cuja cota de AIHS está contida na faixa de distribuição populacional de 7% por  
29 município, há necessidade de programação do Sistema de Regulação onde o software  
30 utilizado será o SISREG disponibilizado pelo Ministério da Saúde, inserindo a série  
31 numérica das AIHS relacionadas ao processo autorizativo. Sendo a Autorização da ocupação  
32 do leito liberada pela Regulação, o Sistema SISREG bloqueia um número de AIH inserido  
33 em sua programação para ser liberado no momento da alta do paciente/usuário. Desta forma,  
34 o hospital onde ocorreu a internação não mais encaminhará ao município o Laudo Médico  
35 para Emissão de Autorização de Internação Hospitalar para ser autorizado e inserido o  
36 número de AIH e após devolver ao hospital. A Deliberação nº 425/2010, ficou ratificada o  
37 que segue: **“Outro ponto, que foi aprovado na maioria dos Colegiados de Gestão**  
38 **Regional foi a manutenção da autorização das AIHS nos municípios.** Cabe ressaltar, que  
39 a descentralização das autorizações de AIHS deve estar **atrelada com a responsabilidade**  
40 **do gestor frente às internações autorizadas.”** Propõe-se a metodologia de desconto  
41 posterior da cota de AIHS a serem distribuídas aos municípios, considerando o número de  
42 internações ocorridas em leitos de UTI que tenham sido realizadas através do sistema de  
43 regulação. **Leitos de UTI: Metodologia:** a SES disponibilizará faixa numérica específica  
44 para as Centrais de Regulação, considerando o quantitativo de leitos de UTI a serem  
45 regulados; ao término do mês “regulado” a Central de Regulação encaminhará a Gerência de  
46 Programação da SES (GEPRO) o relatório contendo o número de internações de UTI  
47 regulados por Município de Residência; a GEPRO utilizará a quantidade de autorizações  
48 contidas no relatório para proceder o desconto no mês posterior ao recebimento do relatório.  
49 A Central de Regulação disponibilizará aos municípios o relatório encaminhado a GEPRO,  
50 para conhecimento da quantidade de internações reguladas no período. Nos casos em que  
51 ocorrerem fatos que acarretem utilização de internações em UTI em número muito superior,  
52 comprometendo a cota de 7%, caberá análise mais apurada dos fatos geradores com posterior  
53 Deliberação pela CIR as medidas cabíveis. A GEPRO encaminhará os casos em que forem  
54 detectados aumento expressivo das internações em UTI para a ECAA correspondente a  
55 Região de Saúde do município, para os procedimentos cabíveis à análise dos fatos. Nos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

56 casos em que ocorrerem fatos de extrema utilização de internações em UTI, ultrapassando  
57 25% da cota de 7%, caberá análise mais apurada dos fatos geradores com posterior  
58 Deliberação pela CIB as medidas cabíveis. Não serão descontadas as internações para  
59 realização de procedimentos de Alta Complexidade para os quais já existem cotas de AIHs  
60 específicas. **Leitos de Retaguarda Clínica e Longa Permanência:** A Cota de AIHs  
61 liberadas para as CR não impactará na faixa de distribuição populacional de 7%, pois tem  
62 financiamento específico, sendo utilizadas as AIHs para comprovação e dados estatísticos, e  
63 não são de porta de entrada, sendo estes 100% regulados na sua ocupação. Ficou  
64 **APROVADA** a compensação de AIHs de média complexidade pelas Centrais de Regulação  
65 citadas.

66

67 c) **REDES: APÊNDICE DA DELIBERAÇÃO 456/CIB/2012** – Retificação. Requisitos de  
68 qualificação elaborados com base nas Portarias, para a implantação de pontos de atenção das  
69 Redes em SC. A CIB **APROVOU** a retificação da Deliberação 456 de 08 de novembro de  
70 2012 e o apêndice desta Deliberação conforme o texto do Art. 9º. Também devem ser  
71 elaboradas as Deliberações conforme o texto do item 1.6 desta Deliberação 456/2012, que  
72 cita “*os pontos de atenção participantes da Rede de Atenção Urgência e Emergência, nos*  
73 *termos do Arts. 3º e 4º, serão listados em Deliberação CIB/SC específica em conformidade*  
74 *com o Publicado na Portaria do Ministério da Saúde que aprova o Plano de Ação Regional*  
75 *– PAR da Rede de Atenção à Urgência e Emergência”*. O apêndice irá anexo a esta  
76 Deliberação 456/2012 – Retificação.

77

78 d) **SAMU: USB PARA NOVA VENEZA COM HABILITAÇÃO E CUSTEIO PELO MINISTÉRIO DA**  
79 **SAÚDE**

80 A CIB **APROVOU** a implantação de uma USB – Unidade de Suporte Básico – SAMU para  
81 o Município de Nova Veneza. Financiamento e custeio pelo Ministério da Saúde.

82

83 e) **PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DE VISA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA**

84 A CIB **APROVOU** a pactuação de ações estruturantes e estratégicas do Plano da Vigilância  
85 Sanitária do Município de Zortéa 2013/2014. Raquel Bittencourt, Diretora da Vigilância  
86 Sanitária da SES, esclarece que esse Plano está sendo aprovado agora, considerando que o  
87 Município não conseguiu pactuar seu Plano antes, juntamente com os outros Municípios.

88

89 f) **AMPLIAÇÃO DO PLANO DA VISA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**

90 A CIB **APROVOU** a ampliação do Plano das Ações estratégicas de inspeção de Vigilância  
91 Sanitária do Município de São João Batista. O Município de São João Batista comprovou a  
92 documentação para pactuar as ações estratégicas de inspeção em Serviços de Massagem e  
93 Sauna; Hospitais sem UTI, sem UTI Neo, sem Hemodinâmica, sem Diálise, sem  
94 Radiografia, sem Hemonúcleo, sem UPA; Ambulatório Médico; Clínica Médica;  
95 Consultórios Médicos; Estabelecimentos de Apoio e Diagnóstico (métodos gráficos); Posto  
96 de Coleta de Sangue; Serviço de Ambulância Suporte Básico, Estabelecimentos  
97 Odontológicos e Serviço de Fisioterapia e Massagem Clínica.

98

99 g) **PROJETO PET-SAÚDE REDES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE**  
100 **LAGES/UNIPLAC**

101 A CIB **APROVOU** o Projeto de Educação para o Trabalho para a Saúde – PET-SAÚDE –  
102 Rede de atenção à Saúde 2013/2015 para o Município de Lages em parceria com a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

103 UNIPLAC. Recurso, Edital n 14 de 08 de março de 2013: Seleção para o Programa de  
104 Educação para o Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção a Saúde – PET – Saúde Rede de  
105 Atenção a Saúde 2013/2015, publicado pelo Ministério da Saúde, por intermédio da  
106 Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da Secretaria de  
107 Atenção à Saúde (SAS). Maria Cristina Subtil, Secretária Municipal de Saúde de Lages,  
108 presente e Membro da Mesa da CIB, coloca sobre o desenvolvimento do PET-Saúde no  
109 Município de Lages, que será desenvolvido nas Redes de Atenção à Saúde, prevenção do  
110 câncer de mama, de colo de útero e no enfrentamento do álcool e outras drogas.

111

112 h) **PROJETO PET-SAÚDE REDES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE**  
113 **JOINVILLE/UNIVILLE**

114 A CIB **APROVOU** o Projeto de Educação para o Trabalho para a Saúde – PRO-  
115 SAÚDE/PET-SAÚDE – Rede de atenção à Saúde 2013/2015 para o Município de Joinville  
116 em parceria com a UNIVILLE. Recurso, Edital n 14 de 08 de março de 2013: Seleção para o  
117 Programa de Educação para o Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção a Saúde – PET –  
118 Saúde Rede de Atenção a Saúde 2013/2015, publicado pelo Ministério da Saúde, por  
119 intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da  
120 Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). Desenvolverão ações na Rede de Saúde do Adulto  
121 (Hipertensão Arterial Sistólica e Diabetes Mellitus) e Rede Cegonha.

122

123 i) **FINANCIAMENTO FEDERAL:** Portarias 2.226 /2009; 2206/2011 e 2394/2011.

124 A CIB **APROVOU** a solicitação de financiamento federal para construção, reforma e  
125 ampliação de Unidades Básicas de Saúde do Município de Siderópolis.

126

127 j) **GRUPO CONDUTOR ESTADUAL DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ESTADO DE SANTA**  
128 **CATARINA**

129 A CIB, considerando: o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº  
130 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o  
131 planejamento assistência à saúde e a articulação interfederativa; a Portaria GM 4.279, de 30  
132 de dezembro de 2010, que estabelece as Diretrizes para a organização da Rede de Atenção à  
133 Saúde no âmbito do sistema Único de Saúde (SUS); a Portaria GM/MS nº 1.459, de 24 de  
134 junho de 2011, que instituiu a Rede Cegonha; a Portaria GM/MS nº 3.088 de 23 de dezembro  
135 de 24 de 2011, que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial; a Portaria GM/MS nº 1600 de 7  
136 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e Institui a  
137 Rede de Atenção às Urgências no SUS; a Portaria GM/MS 793 de 24 de abril de 2012 que  
138 institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS; a Portaria 252 de  
139 19 de fevereiro de 2013 que institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças  
140 Crônicas, **APROVA** a instituição do Grupo Condutor Estadual das Redes de Atenção à  
141 Saúde do Estado de Santa Catarina. O grupo atuará sob a Coordenação do Superintendente  
142 de Planejamento e Gestão. O Grupo Condutor Estadual das Redes de Atenção do Estado de  
143 Santa Catarina será composto pelos Superintendentes da SES e por 04 representantes do  
144 COSEMS. Os Grupos Condutores correspondentes a cada Rede de Atenção, já instituídos  
145 por Portaria Ministerial, contam com representação técnica da SES e dos Municípios.  
146 Compete ao Grupo Condutor Estadual às seguintes atribuições: mobilizar os dirigentes  
147 políticos do SUS em cada fase de implantação e/ou implementação das Redes de Atenção à  
148 Saúde, nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal; apoiar a organização dos  
149 processos de trabalho, voltados a implantação e/ou implementação das Redes conduzidas





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

150 pelos Grupos Condutores da Rede de Atenção à Saúde; sugerir e pactuar na CIB, a expansão  
151 das Redes de Atenção à Saúde no Estado; integrar os Grupos Condutores da Rede de  
152 Atenção à Saúde, visando à organização e a integração das Redes de Atenção à Saúde no  
153 Estado e monitorar e avaliar o processo de implantação das Redes de Atenção à Saúde. Serão  
154 constituídos novos grupos conforme forem sendo instituídas novas Redes pelo Ministério da  
155 Saúde ou por Política Estadual. Clécio Antonio Espezim, superintendente de Planejamento e  
156 Gestão, coloca que a primeira reunião será marcada em breve.

157

## 158 **HOMOLOGAÇÃO**

159

160 **Deliberações ad referendum:** 42/2013 – Ratifica o Termo de Recebimento de Obra, de 18 de  
161 fevereiro de 2013, de Água Doce, Referente à construção da Academia da Saúde, localizada na Rua  
162 Frei Dario, Centro, Município de Água Doce, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401 de 15 de  
163 junho de 2011; 43 – aprovada na CIB de 21 de fevereiro. 44/2013 – UNA-SUS. Aprova o Curso de  
164 capacitação de eventos agudos para Médicos, Enfermeiro e Odontólogos da Atenção Básica; 45/2013  
165 – Anulada; 46/2012 – Ratifica o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, de 05 de março de 2013,  
166 de Fraiburgo, referente à construção da Academia da Saúde, na Avenida Michele Simonetti, Quadra  
167 402, Bairro São Miguel, Município de Fraiburgo, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401 e  
168 1.402/2011; 47/2013 – Aprova a solicitação de financiamento federal, de 05 de março de 2013, de  
169 Pinheiro Preto, destinado à ampliação da Unidade Básica de Saúde, município de Pinheiro Preto,  
170 recurso Portaria Ministério da Saúde 2394 de 11 de outubro de 2011; 48/2013 – Aprova a solicitação  
171 de financiamento federal, de 05 de março de 2013, de Matos Costa, para aquisição de equipamentos e  
172 material permanente: duas cadeiras odontológicas com equipo completo, duas ambulâncias semi-UTI,  
173 entre outros, recurso da Portaria Ministério da Saúde 2.198 de 17 de setembro de 2009; 49/2013 –  
174 Aprova a solicitação de financiamento federal, de 05 de março de 2013, de Matos Costa, para a  
175 construção de uma Unidade Básica de Saúde, Município de Matos Costa, recurso Portaria Ministério  
176 da Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009; 50/2013 – Aprova a solicitação de financiamento federal,  
177 de 05 de março de 2013, de Matos Costa, para a construção de uma Unidade Academia da Saúde,  
178 Município de Matos Costa, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401 e 1.402 de 2011; 51/2013 –  
179 Aprova a solicitação de financiamento federal, de 06 de março de 2013, da Comissão Intergestores  
180 Regional Planalto Norte, para adesão dos Municípios de Bela Vista do Toldo, Campo Alegre,  
181 Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho,  
182 São Bento do Sul e Três Barras, aos componentes reforma, ampliação e construção de Unidades  
183 Básicas de Saúde, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394/2011; 2.206/2011 e 2.226/2009  
184 respectivamente; 52/2013 – Aprova a Ordem de Serviço, de 03 de maio de 2012, de Balneário  
185 Camboriú, referente à reforma de quatro Unidades Básicas de Saúde: ESF Bairro das Nações; ESF  
186 Vila Real; ESF Municípios e ESF Barra do Rio, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de  
187 setembro de 2011; 53/2013 – Aprova o Atestado de Conclusão de Obra, de 15 de fevereiro de 2013,  
188 de Navegantes, referente à construção de Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Francisco de  
189 Paula Seara, Lote 10, Quadra 1, Município de Navegantes, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226  
190 de 18 de setembro de 2009; 54/2013 – Aprova a implantação de uma Unidade Móvel – UOM no  
191 Município de Camború, conforme Portaria Ministério da Saúde 2.371 de 7 de outubro de 2009;  
192 55/2013 – Aprova a Ordem de Serviço, de 02 de agosto de 2012, de Biguaçu, referente à ampliação  
193 da Unidade Básica de Saúde Região 12, localizada na Estrada Geral s/n, Município de Biguaçu,  
194 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 56/2013 – Ratifica a Ordem de  
195 Serviço, de 02 de agosto de 2012, de Biguaçu, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde  
196 Região 09, localizada na Rua Emídio Silvy, s/n, Município de Biguaçu, recurso Portaria Ministério da  
197 Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 57/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 02 de agosto de  
198 2012, de Biguaçu, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde Região 14, Estrada Geral s/n,  
199 Município de Biguaçu, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

200 58/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 02 de agosto de 2012, de Biguaçu, referente à ampliação  
201 da Unidade Básica de Saúde Região 15, Estrada Geral s/n, Município de Biguaçu, recurso Portaria  
202 Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 59/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 02  
203 de agosto de 2012, de Biguaçu, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde Região 07,  
204 Rodovia SC 408, s/n, Município de Biguaçu, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de  
205 outubro de 2011; 60/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 02 de agosto de 2012, de Biguaçu,  
206 referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde Região 11, Estrada Geral, s/n, Município de  
207 Biguaçu, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 61/2013 – Ratifica a  
208 Ordem de Serviço, de 02 de agosto de 2012, de Biguaçu, referente à ampliação da Unidade Básica de  
209 Saúde Região 13, Estrada Geral, s/n, Município de Biguaçu, recurso Portaria Ministério da Saúde  
210 2.394 de 11 de outubro de 2011; 62/2013 – Ratifica o Atestado de Conclusão de Obra de Abelardo  
211 Luz, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226/2009; 63/2012 – Ratifica o Atestado de Conclusão de  
212 Obra, de 27 de fevereiro de 2013, referente à construção de Academia da Saúde, localizada na Rua  
213 Getúlio Vargas, Município de Coronel Martins, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401 de 15 de  
214 junho de 2011 e 1.402 de 15 de junho de 2011; 64/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 07 de  
215 março de 2013, referente à construção da Unidade Básica de Saúde Policlínica Central Arthur  
216 Bartolomeu Fiorini, localizada na Rua Paraná 183, Município de Pinhalzinho, recurso Portaria  
217 Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 65/2013 – Aprova uma Unidade de Suporte  
218 Básico – USB/SAMU para o Município de Anitápolis, com fornecimento de veículo, equipamentos e  
219 custeio pelo Ministério da Saúde; 66/2013 – Aprova uma Unidade de Suporte Básico – USB/SAMU  
220 para o Município de Imarui, com fornecimento de veículo, equipamentos e custeio pelo Ministério da  
221 Saúde; 67/2013 – Aprova a adesão do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO à Rede de  
222 Cuidados à Pessoa com Deficiência do Município de Jaraguá do Sul; 68/2013 – Aprova o CEPON  
223 como referência estadual para a realização do procedimento 02.02.10.004-9 – quantificação e  
224 ampliação do HER-2; 69/2013 – HABILITAÇÃO EM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL DA  
225 REGIÃO METROPOLITANA; 70/2012 – HABILITAÇÃO EM ACIDENTE VASCULAR  
226 CEREBRAL DAS MACORREGIÕES NORTE E NORDESTE; 71/2012 – HABILITAÇÃO DE  
227 UMA UNIDADE CORONARIANA DA REGIÃO METROPOLITANA; 72/2013 – HABILITAÇÃO  
228 DE UMA UNIDADE CORONARIANA DAS MACORREGIÕES NORTE E NORDESTE;  
229 73/2012 – QUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO – UPAs DA  
230 REGIÃO METROPOLITANA; 74/2013 – QUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRONTO  
231 ATENDIMENTO – UPAs DAS MACORREGIÕES NORTE E NORDESTE; 75/2012 – Aprova  
232 atenção domiciliar para Braço do Norte; 76/2013 – Resolve alterar o fluxo dos novos pacientes da  
233 área de abrangência de Chapecó para o Serviço de radioterapia de Pato Branco/PR em caráter  
234 emergencial e temporário, enquanto não for liberado o Serviço de Radioterapia de Chapecó; 77/2013  
235 – PPI; 78/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 20 de março de 2013, de Brusque, referente à  
236 construção da Academia da Saúde, Bairro Santa Terezinha, Município de Brusque, recurso Portaria  
237 Ministério da Saúde 1.401 de 15 de junho de 2011 e 1.402 de 15 de junho de 2011; 79/2013 –  
238 Ratifica a Ordem de Serviço, de 22 de fevereiro de 2013, de Três Barras, referente à construção da  
239 Academia da Saúde e área de vivência, Rua João Manoel Sardá, Município de Três Barras, recurso  
240 Portaria Ministério da Saúde 1.401 de 15 de junho de 2011 e 1.402 de 15 de junho de 2011; 80/2013  
241 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 11 de setembro de 2012, de Três Barras, referente à ampliação da  
242 Unidade Básica de Saúde Central, Município de Três Barras, recurso Portaria Ministério da Saúde  
243 2394/2011; 81/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 19 de outubro de 2012, de Três Barras,  
244 referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde da Família 004, recurso Portaria Ministério da  
245 Saúde 2.394 de 11 de outubro de 2011; 82/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 21 de dezembro de  
246 2012, de Três Barras, referente à ampliação da Unidade Sanitária de Saúde da Família 006,  
247 Campininha, Rua Santo Antonio, Esquina com a Rua 10 de julho, situada no Distrito de São  
248 Cristóvão, Município de Três Barras, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.394 de 11 de outubro de  
249 2011; 83/2013 – Ratifica o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, de 18 de março de 2013, de  
250 Florianópolis, referente à construção do Centro de Saúde da Vargem Pequena, Município de



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

251 Florianópolis, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009; 84/2013 –  
252 Ratifica o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, de 11 de março de 2013, de Florianópolis,  
253 referente à reforma do Centro de Saúde da Canasvieiras, Município de Florianópolis, recurso Portaria  
254 Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011; 85/2013 – Ratifica o Termo de Recebimento  
255 Definitivo de Obra, de 11 de março de 2013, de Florianópolis, referente à reforma do Centro de  
256 Saúde Carianos, Bairro Carianos, Município de Florianópolis, recurso Portaria Ministério da Saúde  
257 2.206 de 14 de setembro de 2011; 86/2013 – Ratifica o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, de  
258 11 de março de 2013, de Florianópolis, referente à reforma do Centro de Saúde Coloninha, Bairro  
259 Coloninha, Município de Florianópolis, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro  
260 de 2011; 87/2013 – Ratifica o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, de 11 de março de 2013, de  
261 Florianópolis, referente à reforma do Centro de Saúde dos Ingleses, Bairro dos Ingleses, Município de  
262 Florianópolis, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011; 88/2013 –  
263 Ratifica o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, de 11 de março de 2013, de Florianópolis,  
264 referente à reforma do Centro de Saúde da Trindade, Bairro de Trindade, Município de Florianópolis,  
265 recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011; 89/2013 – Aprova o  
266 credenciamento /habilitação do Hospital São José de Criciúma, no Serviço de Assistência de Alta  
267 Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos; 90/2013 – Aprova a qualificação  
268 do Serviço do Centro Catarinense de Reabilitação em CER II – Deficiência Física e Intelectual, para  
269 Região Metropolitana da Grande Florianópolis; 91/2013 – Ratifica o Atestado de Conclusão de Obra,  
270 de 11 de março de 2013, de Biguaçu, referente à construção da Unidade Básica de Saúde, localizada  
271 na Avenida Marcondes de Matos, Travessa São José, Centro, Biguaçu, recurso Portaria Ministério da  
272 Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009; 92/2013 – Ratifica o Atestado de Conclusão de Obra, de 11  
273 de março de 2013, de Biguaçu, referente à construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na  
274 Avenida Vereador Esmeraldino Prazeres, Loteamento Primavera, Bairro Fundos, Biguaçu, recurso  
275 Portaria Ministério da Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009; 93/2013 – Ratifica o Atestado de  
276 Conclusão de Obra, de 06 de março de 2013, de Joaçaba, referente à construção da Unidade Básica de  
277 Saúde, localizada na Rua Pedro Kuss, Santa Tereza, Município de Joaçaba, recurso Portaria  
278 Ministério da Saúde 2.226 de 18 de setembro de 2009; 94/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 14  
279 de março de 2013, de Quilombo, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde Unidade ESF  
280 Santa Inês, localizada na Rua Quirino Bodanese, Quilombo, recurso Portaria Ministério da Saúde  
281 2.394 de 11 de outubro de 2011; 95/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 18 de fevereiro de 2013,  
282 referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde Cruzeiro, localizada no endereço Afonso Muller  
283 s/n, Município de Rio Negrinho, recurso Portaria Ministério da Saúde 2394 de 11 de outubro de 2011;  
284 96/2013 – Ratifica a Ordem de Serviço, de 11 de julho de 2012, referente à reforma da Unidade  
285 Básica de Saúde Unidade Sanitária de Vargem, localizada no endereço Vitorino Chiocheta, 147,  
286 Município de Vargem, recurso Portaria Ministério da Saúde 2.206 de 14 de setembro de 2011;  
287 97/2013 – Aprova o Projeto de Educação para o Trabalho para a Saúde – PET – Saúde, Rede de  
288 atenção à saúde 2013/2015 para o Município de Chapecó. O referido Projeto será em parceria com a  
289 Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó e Secretaria de Estado da Saúde – Gerência de Saúde da  
290 SDR de Chapecó. Recurso, Edital n 14 de 08 de março de 2013 – Seleção para o Programa de  
291 Educação para o Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção a Saúde – PET – Saúde Rede de Atenção a  
292 Saúde 2013/2015, publicado pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Gestão do  
293 Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). Luis Antonio  
294 Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, esclarece que, a maioria das Deliberações *ad referendum*, são  
295 de ratificações de financiamento federal para construções, reformas e ampliações de Unidades  
296 Básicas de Saúde.

297

298 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

299 Não houve temas neste item.

300



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

301 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

302 Ofício 00167/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de canoinhas, solicitando a ratificação  
303 de endereço da Academia da Saúde;  
304 Ofício 104/2013 da Prefeitura Municipal de Galvão, solicitando recurso federal para  
305 construção de Unidade Básica de Saúde;  
306 Ofício 050/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de Sombrio, solicitando aprovação de  
307 CEO tipo I regionalizado, com parecer favorável da Coordenação de Saúde Bucal;  
308 Ofício 07/2013, da Comissão Intergestores Regional – CIR do Alto Vale do Itajaí,  
309 reclamando sobre os atendimentos de oncologia – quimioterapia em Lages;  
310 Ofício 005/2013 da Comissão Intergestores Regional – CIR do Médio Vale do Itajaí,  
311 solicitando a atualização da população do IBGE da Região, para adequação da cota de AIHs;  
312 Ofício 006/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de Concórdia, solicitando o  
313 credenciamento do Hospital São Francisco de Concórdia em Centro de Atendimento de  
314 Urgência tipo I;  
315 Ofício 005/2013 da Secretaria Municipal de Saúde de Concórdia, solicitando o  
316 credenciamento do Hospital São Francisco em Unidade de Assistência em Alta  
317 Complexidade de Traumatologia-Ortopedia Infantil;  
318 Ofício 011/2013, da Comissão Intergestores Regional – CIR do Alto do Rio Uruguai,  
319 solicitando que seja credenciado o Serviço de Assistência em Alta Complexidade de  
320 Traumatologia-Ortopedia Infantil no Hospital São Francisco de Concórdia, somente aquela  
321 Unidade estiver cumprindo com os termos acordados no Termo de Compromisso na  
322 habilitação da Ortopedia Adulto;  
323 Ofício 252/2013 do Ministério da Saúde, encaminhando o TAS da auditoria realizada na  
324 Secretaria Municipal de Saúde de Apiuna;  
325 Ofício 242/2013 do Ministério da Saúde, encaminhando o TAS da auditoria realizada no  
326 Município de Tangará;  
327 Ofício 227/2013 do Ministério da Saúde, encaminhando o TAS da auditoria realizada na  
328 Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul;  
329 O Atestado de Conclusão de Obra de Garopaba;  
330 Solicitação de financiamento federal para reforma de Unidades Básicas de Saúde, de de São  
331 Lourenço do Oeste.

332

333 **INFORMES**

334

335 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

336 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria  
337 encaminhou os relatórios de auditoria, referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de  
338 2013, para que os gestores constatem sobre as auditorias em andamento ou concluídas em  
339 seus municípios.

340

341 b) **PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

342 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica  
343 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica,  
344 para que os gestores constatem se há pendências em seus municípios.

345





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

346 **C) BARIÁTRICA: NOVAS PORTARIAS E SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS:**  
347 **PT. MS 424 E 425 DE 19 DE MARÇO DE 2013**

348 Cleidenara Weirich, Secretária Municipal de Saúde de Chapecó, solicita habilitação do  
349 Hospital Regional do Oeste de Chapecó para realização de Cirurgia Bariátrica. Informa que  
350 o Hospital é credenciado em UTI tipo II, um dos quesitos exigidos pela Portaria do  
351 Ministério da Saúde. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, questiona  
352 sobre o que falta para o Hospital Regional do Oeste ser habilitado para realizar  
353 procedimentos da bariátrica. Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, esclarece  
354 que, se o Hospital possuir condições, atendendo os quesitos, inclusive de vigilância sanitária,  
355 o Hospital poderá iniciar as cirurgias, pagando com seus recursos até ser habilitado pelo  
356 Ministério da Saúde. Ressalta que o Hospital, obrigatoriamente, deve fornecer segurança e  
357 atendimento ao paciente, desde a assistência pré até o pós-cirúrgico. Luis Antonio Silva,  
358 Coordenador da CIB/COSEMS, lembra que o Município deve solicitar a habilitação formal.  
359 E no período em que o processo estiver tramitando no Ministério da Saúde, pode-se pensar  
360 em uma forma de pagamento até obter o 'de acordo' do Ministério da Saúde. Enfatiza que,  
361 se o Ministério da Saúde não habilitar o serviço, fica cancelada as Cirurgias Bariátricas no  
362 Hospital Regional do Oeste de Chapecó.

363

364 **d) COMISSÃO DE ESTUDO DOS HOSPITAIS DE SC**

365 Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, cita que a Comissão para  
366 Estudo dos Hospitais de SC está constituída e que pretendem realizar em breve a primeira  
367 reunião. Cita que a coordenação desta Comissão ficará a cargo do Superintendente de  
368 Planejamento e Gestão e Superintendente Hospitalar. O COSEMS indicou o Assessor  
369 Técnico Helio Livino da Silva como integrante da Comissão. Luis Antonio Silva,  
370 Coordenador da CIB/COSEMS, salienta a relevância deste estudo, que deverá avaliar a  
371 assistência hospitalar em SC como um todo, ou seja, a política hospitalar. Winston  
372 Zamkowski, Superintendente de Vigilância em Saúde sugere a participação da Diretora da  
373 Vigilância Sanitária na Comissão da SES. Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento  
374 e Gestão, coordenando a reunião pela CIB/SES, concorda com a participação de Raquel  
375 Bittencourt, Diretora de Vigilância Sanitária, na Comissão. Luis Antonio Silva, Coordenador  
376 da CIB/COSEMS, destaca a importância da participação da Vigilância Sanitária na  
377 Comissão. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau,  
378 lembra que, se a Vigilância Sanitária tivesse participado na abertura do Hospital Ruth  
379 Cardoso, o mesmo não teria sido aberto. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde de  
380 Vargeão, sugere o dia 29 de abril de 2013 para a realização da primeira reunião. Luis  
381 Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, sugere que o Hospital Ruth Cardoso seja  
382 avaliado por equipe interna da SES juntamente com os gestores de saúde, locais. Que esta  
383 Comissão fique para o estudo da política hospitalar de SC. Ficou consensuada a entrada da  
384 Diretora de Vigilância Sanitária como integrante do Grupo da SES na Comissão.

385

386 **e) LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA A**  
387 **GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

388 Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica da SES, informa que foi  
389 recebido o Ofício Circular nº 07/2013/SCTIE-SM para que seja divulgado aos municípios,  
390 através da CIB, que haverá o Levantamento Nacional sobre a utilização de Sistemas  
391 Informatizados na Gestão da Assistência Farmacêutica. Este levantamento, segundo Portaria  
392 GM 271 de 27 de fevereiro 2013, será feito pela equipe técnica do Ministério da Saúde e



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

393 acontecerá até o mês de junho/2013 em todos os municípios. Após a realização deste  
394 levantamento será pactuado em CIT a data de início de transmissão de dados pelos Estados e  
395 municípios. Os municípios contemplados com recursos destinados ao Eixo Estrutura do  
396 Qualifar-SUS, deverão transmitir os dados de: entradas, saídas, dispensações de  
397 medicamentos constantes da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos) até o dia 15 de  
398 julho de 2013 por meio de ferramenta Web-Service. Caso estejam utilizando o Sistema  
399 Hórus, deverão alimentá-lo até o 15º (décimo quinto) dia do mês seguinte ao da sua  
400 competência. Para dirimir qualquer dúvida está disponível no sítio eletrônico  
401 [www.saude.gov.br/qualifarsus](http://www.saude.gov.br/qualifarsus), assim como no e-mail: [qualifarsus@saude.gov.br](mailto:qualifarsus@saude.gov.br) e no  
402 telefone (61) 34104175.

403

404 f) **UPA DE RIO DO SUL** – Unidade de Pronto Atendimento

405 Ana Búrigo, Coordenadora do Grupo Conductor de Rede de Urgências e Emergências de SC,  
406 informa que foi publicada a Portaria da UPA de Rio do Sul. Que a partir de agora as UPAs  
407 serão financiadas fundo-a-fundo e não mais via Banco, com prazo de implantação  
408 determinado pelo Ministério da Saúde, conforme as normas vigentes (Portaria 342 de 4 de  
409 março de 2013). Esta UPA de Rio do Sul já estava aprovada na Deliberação 12/CIB/2012.

410

411 Concluindo, Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, fala da importância da  
412 Assessoria Jurídica na construção do COAP para que se tenha segurança, Estado e  
413 Municípios, na assinatura dos documentos. Cita que é representante do CONASEMS na  
414 Comissão Intergestores Tripartite – CIT. Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento  
415 e Gestão, coloca que a SES fará uma reunião interna no dia 25 de abril de 2013, sobre o  
416 COAP, para que todos tenham a mesma compreensão e mesma linguagem. Posterior a esta  
417 reunião, a SES entrará em contato com o COSEMS, para a elaboração de uma agenda de  
418 elaboração e implantação do COAP em SC. Acélio Casagrande, Secretário Adjunto de  
419 Estado da Saúde, agradece a todos e coloca que a SES, juntamente com o Governador do  
420 Estado encontrar-se-ão com o Secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães, que  
421 acenou com recursos para os hospitais de SC. Luis Antonio Silva, Coordenador da  
422 CIB/COSEMS, encerra a reunião.

423

424 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por  
425 mim e pelos Coordenadores.

426

427

**Florianópolis, 18 de abril de 2013**